



GOVERNO DE
CABO VERDE

POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO
*Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento
do Território e Habitação*

Apresentação

Data:
Outubro 2020



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percorso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

Documento

Política Nacional de Habitação (PNH) de Cabo Verde.

Objetivo

Esta apresentação visa de forma sucinta retratar os principais tópicos desenvolvidos na PNH de Cabo Verde.

Para tanto, realizou-se o seguinte:

- I. Um enquadramento inicial situando a questão “habitação” no país;
- II. Breve relato do percurso realizado em matéria de habitação até o momento da elaboração do documento de política;
- III. Apresentação da visão traçada, dos eixos estratégicos definidos e dos princípios fundamentais de conduta;
- IV. Identificação dos domínios prioritários de intervenção e das orientações políticas emanadas;
- V. Caracterização dos instrumentos de implementação da política;
- VI. Exposição do modelo de governança; e
- VII. Proposição do mecanismo de seguimento e avaliação de resultados.



Ficha técnica	<u>Descrição do Capítulo</u>	<u>Página</u>
Índice de conteúdos		
Enquadramento	1. Enquadramento	01
Percurso realizado	2. Percurso realizado	10
Visão, pilares e princípios	3. Visão, pilares e princípios	13
Áreas prioritárias e instruções políticas	4. Áreas prioritárias e instruções políticas	16
Instrumentos de implementação	5. Instrumentos de implementação	20
Modelo de Governação	6. Modelo de Governação	25
Sistema de Monitorização e avaliação	7. Sistema de Monitorização e Avaliação	27



Enquadramento

situando a habitação em Cabo Verde



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

A habitação condigna é um direito constitucional...

Na constituição da república de Cabo Verde há um total de dois artigos que realçam o direito à habitação condigna **pela importância económica, social e cultural que tem na vida dos cidadãos**, nomeadamente:

- I. **O Artigo 72º** que diz que todo o cidadão tem direito a habitação condigna e que para tanto **incumbe aos poderes públicos promover a criação das condições económicas, jurídicas institucionais e infraestruturais adequadas** no quadro de uma política de ordenamento do território e urbanismo, **e fomentar a iniciativa privada na produção de habitação**; e
- II. **O Artigo 75º** que defende que o acesso à habitação, *a pari passu* com o primeiro emprego, é um **direito que os poderes públicos têm o dever de garantir aos jovens**.



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

O **Programa do Governo** para IX Legislatura (2016-2021) e o **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS)** 2017-2021, **corroboram com a Constituição** da República de Cabo Verde...

Pois colocam o acesso à habitação condigna como sendo:

- I. Uma de suas principais estratégias para **assegurar a inclusão social, a redução das desigualdades e das assimetrias sociais e regionais**; e
- II. Um setor com potencial para contribuir de forma significativa para **o crescimento económico e para a geração de emprego**, por via da dinamização de um mercado imobiliário forte e das atividades de reabilitação e requalificação urbana.



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

Cabo Verde enquanto membro da Organização das Nações Unidas (ONU) **subscreve** na integra a **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** e a **Nova Agenda Urbana (NAU)**...

São compromissos assumidos nesses documentos:

- I. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, **garantindo, entre outras metas, o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos informais;** e
- II. **Promover o acesso equitativo e viável da habitação como forma de impulsionar a inclusão social e a erradicação da pobreza.**



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

Como ação imediata (de curto-médio prazo) do Governo para a IX Legislatura (2016-2021), foi institucionalizado e implementado o **Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades (PRRA)**...

Absorvendo os pressupostos constitucionais, os objetivos do PEDS e os copromissos da Agenda 2030 e da NAU, o PRRA:

- I. Estabeleceu como sendo o primeiro de seus sete objetivos **“Impulsionar a requalificação do tecido urbano – incluindo o parque habitacional e o espaço público** – e as dinâmicas social e económica, contribuindo para a valorização e o desenvolvimento de cidades e vilas mais atrativas, competitivas, mais seguras e ambientalmente mais sustentáveis”.
- Eixo I – Requalificação de Centros Urbanos e Bairros, 26,2 milhões de euros (35% execução);
- Eixo II – Reabilitação de habitações, 15,3 milhões de euros (31% execução).



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

Simultaneamente, como medida de médio-longo prazo, o Governo por via do MIOTH avançou com a **preparação das bases para o desenvolvimento de uma política nacional de habitação...**

- I. A elaboração do **Perfil do Setor de Habitação (PSH)** de Cabo Verde em 2019, estudo que caracterizou profundamente o setor de habitação no país, foi o **primeiro grande passo**, tendo este avaliado de forma empírica:
 - a) Os atores do setor;
 - b) O quadro legal e normativo;
 - c) A oferta, demanda (défice) e o financiamento habitacional;
 - d) O planeamento urbano e a disponibilidade de terrenos;
 - e) As necessidades de infraestruturação básica de áreas habitacionais;
 - f) As práticas de construção aplicadas e os materiais utilizados; e
 - g) A resiliência habitacional.



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

...*Continuação*...

- II. A elaboração da **Política Nacional de Habitação (PNH)** de Cabo Verde nos finais (dezembro) de 2019 foi o **segundo grande passo**, tendo este documento determinado:
- a) A **visão** de Cabo Verde para o setor de habitação, os **pilares** (eixos estratégicos) em que se deve sustentar e os **princípios fundamentais** e orientadores que devem conduzir toda a decisão e ação para o alcance dos objetivos pretendidos;
 - b) As **áreas prioritárias** de intervenção (empiricamente avaliadas no PSH) e as **instruções políticas** a serem transformadas em objetivos e metas estratégicas e perseguidas com atividades concretas;
 - c) Os **instrumentos de implementação** da política e o **modelo de governação** que se deve adotar orientando o papel dos diversos intervenientes no setor da habitação; e
 - d) O **sistema de monitorização e avaliação** dos resultados alcançados.



Ficha técnica

Índice de conteúdos

Enquadramento

Percurso realizado

Visão, pilares e princípios

Áreas prioritárias e instruções políticas

Instrumentos de implementação

Modelo de Governação

Sistema de Monitorização e avaliação

Alguns dados e informações gerais...

- A nível da **oferta (produção de habitação)**, de um parque habitacional constituído por um total de **140 mil habitações** cerca de **80% foram autoconstruídas** (iniciativa direta do cidadão com recurso a empreiteiros autónomos);
- **O défice habitacional é calculado em volta dos 8,7%**, correspondente a cerca de **11 mil agregados familiares e 39 mil indivíduos** (cerca de 3,5 habitantes por domicílio);
- **O défice habitacional é eminentemente urbano** e as projeções indicam que as áreas rurais não carecem de novas habitações;
- A família urbana média dispõe apenas de **160 euros ao mês para arcar com despesas de moradia**;
- **A habitação mais barata** no mercado formal custa aproximadamente **26 mil euros** e apenas **15% dos Cabo-Verdianos conseguiriam ter acesso** a ela nas atuais condições de renda e de crédito;
- **Somente 11% dos Cabo-Verdianos utilizam crédito formal** para o financiamento da habitação
- **30% dos agregados familiares** vivem em habitações **arrendadas ou cedidas**;
- **Até 2030, serão necessárias a produção de mais de 26 mil habitações**, cerca de 2 mil ao ano, **para atender a demanda habitacional pressionada pelo crescimento populacional**;



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

...Continuação...

- Até o presente momento, **os programas do Governo de intervenção direta** na produção de habitações de interesse social, **não possuem a escala desejada** (e.g. “Casa para Todos” com cerca de 6 mil habitações);
- **A presença dos Planos Detalhados (PD) é limitada e carece muitas vezes de qualidade**, muitas vezes utilizados como um simples instrumento para a comercialização de terrenos não levando em conta aspetos urbanísticos e habitacionais;
- A **fiscalização** da implementação dos planos urbanísticos **é uma fraqueza** e o serviço de **inspeção** do território **é incipiente**;
- **Até 2030 será necessário planejar e infraestruturar uma área de quase 6 Km²** para albergar as habitações necessárias a atender a demanda;
- **A operação cadastro não foi concluída a nível nacional** e títulos formais de propriedade representam muitas vezes constrangimentos ao investimento, além da **base tributária** continuar **reduzida para o desenvolvimento de políticas urbanas e os riscos fiscais continuarem elevados**;
- O mercado de **materiais de construção** é altamente **dependente das importações**, encarecendo assim os custos da habitação;
- **As normas que regulam as práticas de construção carecem de atualização e inovação** de modo a incluírem os aspetos de sustentabilidade; e
- Cabo Verde é um país exposto a uma série de ameaças de fenómenos naturais e os assentamentos informais localizados em área de risco são uma realidade.



**Percurso realizado
do passado ao presente**



Política Nacional de Habitação

do passado ao presente

11

Ficha técnica

Índice de conteúdos

Enquadramento

Percurso realizado

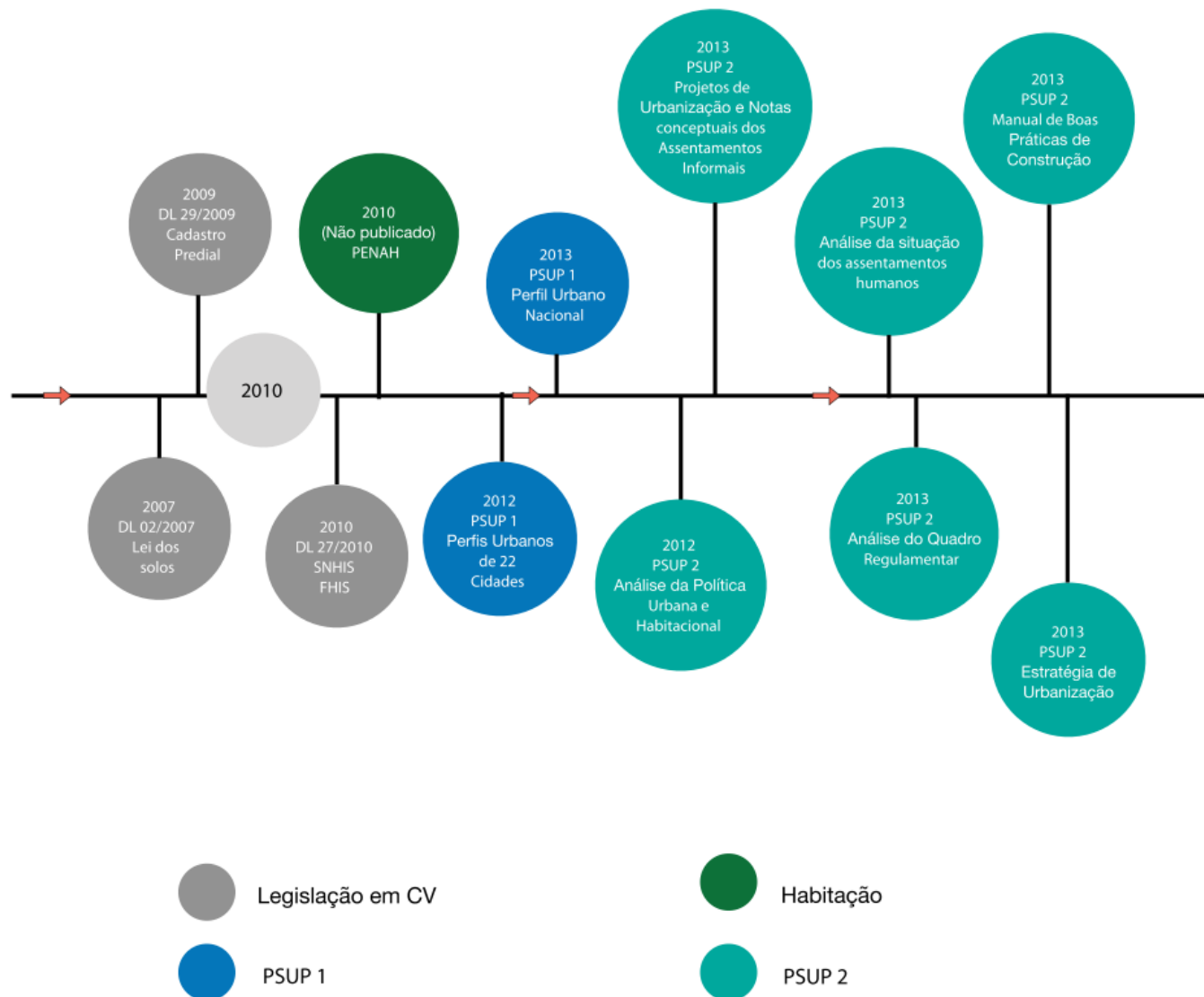
Visão, pilares e princípios

Áreas prioritárias e instruções políticas

Instrumentos de implementação

Modelo de Governação

Sistema de Monitorização e avaliação





Política Nacional de Habitação

do passado ao presente

12

Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

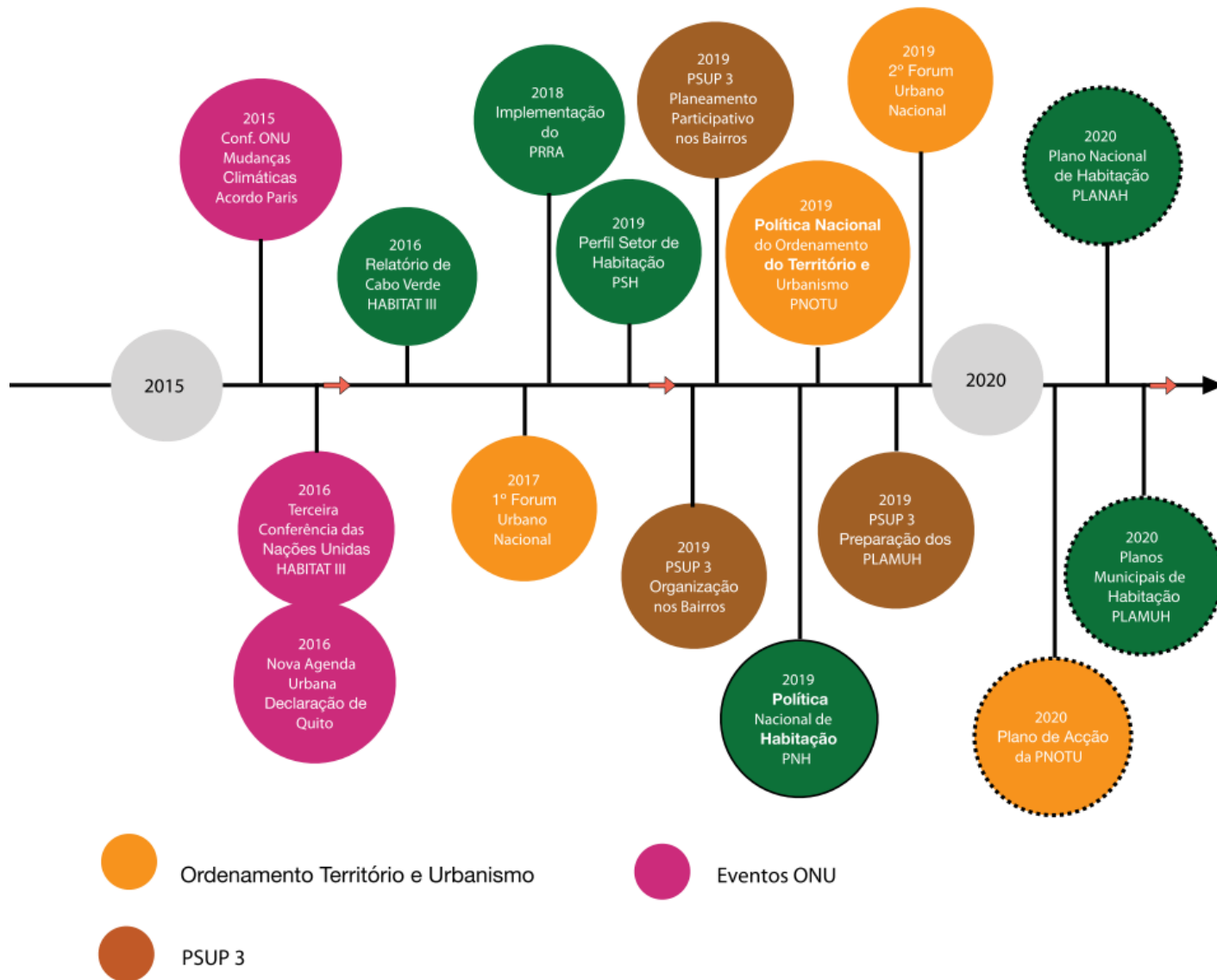
Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação





Visão, pilares e princípios

objetivo geral, eixos estratégicos e valores da política



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

**Visão, pilares e
princípios**

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

É objetivo geral da PNH de Cabo Verde, portanto, a VISÃO do país para o setor de habitação...

- A criação de **um quadro para o desenvolvimento habitacional inclusivo, resiliente, eficiente e sustentável**, de maneira a assegurar o cumprimento do direito a uma habitação condigna e contribuir para o crescimento socioeconómico do país de forma sustentável;

Para tanto, a PNH sustenta-se em três pilares estratégicos

- ☐ Mercado Formal;
- ☐ Mercado Informal; e
- ☐ Intersetorialidade.



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

**Visão, pilares e
princípios**

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

...Continuação...

E define como princípios orientadores ou valores fundamentais

- 1) Moradia condigna como direito e vetor de inclusão social;
- 2) Setor de habitação como motor de desenvolvimento socioeconómico;
- 3) Estabelecimento da função social da propriedade;
- 4) Habitação como política de estado de longo prazo;
- 5) Disponibilização diversificada e assegurada de recursos;
- 6) Gestão democrática com participação da sociedade civil; e
- 7) Proteção do património cultural material e imaterial.



Áreas prioritárias e instruções políticas
os domínios de intervenção e as orientações emanadas



Ficha técnica

Índice de conteúdos

Enquadramento

Percurso realizado

Visão, pilares e princípios

Áreas prioritárias e instruções políticas

Instrumentos de implementação

Modelo de Governação

Sistema de Monitorização e avaliação

Foram identificadas um total de dez áreas prioritárias de intervenção, para as quais foram emanadas um total de vinte e três instruções políticas específicas...



Atores



Político/
Normativo



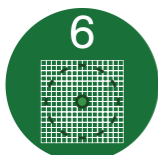
Oferta



Défi-
Necessidade
Demanda



Financiamento



Planeamento



Terreno



Infraestrutura
/serviços



Construção



Resiliência

Obs: as instruções políticas emanadas tiveram por base um estudo empírico que analisou profundamente as questões relacionadas a cada área prioritária – Perfil do Setor de Habitação (PSH).



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

...Continuação...

4.1. ACTORES NO SECTOR DA HABITAÇÃO

INSTRUÇÃO POLÍTICA 1: Estruturar e implantar quadro institucional a nível nacional contendo um Órgão Diretivo, responsável por elaborar, monitorar, actualizar e liderar políticas habitacionais em combinação com ordenamento do território e urbanismo, e um Órgão Executivo, encarregue da implementação das políticas, planos, programas e instrumentos associados, focado particularmente nos grupos mais vulneráveis.

INSTRUÇÃO POLÍTICA 2: Reforçar capacidade das Autarquias Municipais no planeamento, implementação e monitorização de programas habitacionais.

INSTRUÇÃO POLÍTICA 3: Promover mais ativamente a participação comunitária no planeamento, implementação e monitorização de projetos de desenvolvimento urbano e habitacional, particularmente nas áreas mais vulneráveis.

4.2. ENQUADRAMENTO POLÍTICO E NORMATIVO

INSTRUÇÃO POLÍTICA 4: Assegurar a coerência e complementaridade de todo o quadro jurídico relativo à habitação, ordenamento do território e urbanismo, alinhando a PNH e PNOTU e políticas e programas de outros sectores.

INSTRUÇÃO POLÍTICA 5: Viabilizar processos administrativos e de planeamento relacionados com a habitação que sejam céleres e inclusivos, com requisitos realistas face às necessidades e possibilidades dos cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.

4.3. OFERTA E PARQUE HABITACIONAL

INSTRUÇÃO POLÍTICA 6: Promover o desenvolvimento habitacional de maneira diversificada, incluindo o sector privado, cobrindo diferentes faixas de rendimento, modelos de entrega e utilização, incluindo arrendamento, e assegurando sua relação com a demanda e sua adequação cultural.

INSTRUÇÃO POLÍTICA 7: Estimular a participação do mercado formal na produção de soluções habitacionais de interesse social.

4.4. DÉFICE, NECESSIDADE E DEMANDA HABITACIONAL

INSTRUÇÃO POLÍTICA 8: Incrementar os programas de melhoria dos assentamentos informais existentes, através da hierarquização de intervenções, priorizando a requalificação, reabilitação e acessibilidades, considerando o realojamento (voluntário) como última opção.

INSTRUÇÃO POLÍTICA 9: Actuar na prevenção do surgimento de novos assentamentos informais através de planos de expansão e densificação adequados de acordo com o crescimento populacional no longo prazo.

4.5. FINANCIAMENTO HABITACIONAL

INSTRUÇÃO POLÍTICA 10: Promover produtos de crédito que sejam adequados às condições financeiras dos cabo-verdianos, especialmente famílias de baixa renda e jovens, e às estratégias de construção por eles utilizadas, incluindo produtos não financeiros (p. ex. materiais e assistência).

INSTRUÇÃO POLÍTICA 11: Utilizar subsídios de maneira cautelosa e direccionada à demanda, com foco nos grupos mais vulneráveis.

INSTRUÇÃO POLÍTICA 12: Facilitar acesso ao crédito para o mercado formal e informal da habitação, através de programas específicos, incluindo especialmente pequenos empreiteiros

INSTRUÇÃO POLÍTICA 13: Reforçar a capacidade financeira a nível local para desenvolvimento de programas habitacionais através de recursos exógenos e endógenos, particularmente através de mecanismos de tributação de base fundiária.



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

...Continuação...

4.6. PLANEAMENTO URBANO E HABITAÇÃO

INSTRUÇÃO POLÍTICA 14: Reforçar conexão de políticas e planos habitacionais com urbanísticos e instrumentos associados, particularmente a nível local, ressaltando a influência da estrutura urbana no acesso a uma habitação condigna

INSTRUÇÃO POLÍTICA 15: Assegurar consolidação do tecido urbano através do cumprimento da função social do solo, estabelecendo ações para aplicação de instrumentos de desenvolvimento habitacional, urbano e regularização fundiária

4.7. TERRENO PARA HABITAÇÃO

INSTRUÇÃO POLÍTICA 16: Assegurar um cadastro territorial abrangente, incluindo terrenos e construções, atualizado e integrado, de maneira a facilitar a gestão de todo território cabo-verdiano.

INSTRUÇÃO POLÍTICA 17: Promover o acesso à terra através do contínuo de alternativas de usufruto do solo, incluindo direito de superfície, posse coletiva, e mecanismos intermediários.

INSTRUÇÃO POLÍTICA 18: Disponibilização de terrenos de maneira diversificada e equitativa, atendendo às diferentes faixas de rendimento, e com distintos modelos de entrega.

4.8. INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS

INSTRUÇÃO POLÍTICA 19: Estabelecer um mecanismo de coordenação e planeamento conjunto para a prestação de serviços de infraestrutura acessíveis e sustentáveis para apoiar o desenvolvimento da habitação.

4.9. CONSTRUÇÃO E MATERIAIS

INSTRUÇÃO POLÍTICA 20: Estabelecer um Regulamento Geral de Edificações Sustentáveis que responda à realidade da construção habitacional do país e promova práticas sustentáveis e resilientes.

INSTRUÇÃO POLÍTICA 21: Estabelecer um mecanismo de coordenação, desenvolvimento, promoção, assistência e disseminação de informação sobre o uso de materiais de construção e tecnolo-

gias de construção acessíveis, sustentáveis e resilientes, especialmente com o mercado informal.

4.10. RESILIÊNCIA HABITACIONAL

INSTRUÇÃO POLÍTICA 22: Realizar o mapeamento regular a nível municipal das áreas de risco e ações para evitar sua ocupação e instituir o realojamento voluntário como opção única de realojamento a não ser em casos de riscos de desastres para residentes

INSTRUÇÃO POLÍTICA 23: Promover programas de larga escala para aumento da resiliência habitacional envolvendo os municípios, programas de capacitação e projetos sociais de organização e mobilização comunitária.



Instrumentos de implementação

ferramentas para a materialização da política



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

**Instrumentos de
implementação**

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

A PNH determinou quais os instrumentos que permitem a sua adequada implementação, a serem, nomeadamente:

- I. O Plano Nacional de Habitação (PLANAH);**
- II. Os Planos Municipais de Habitação (PLAMUH); e
- III. O Sistema de Informação Habitacional (SIH).



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

PLANAH – Plano Nacional de Habitação...

Um **plano de ação quinquenal**, da **competência da Administração Central** (órgãos diretivo e executivo responsáveis pela pasta da habitação), que deve considerar o seguinte:

☐ A nível de conteúdos

Objetivos estratégicos; metas estratégicas e resultados/produtos esperados; atividades específicas; cronograma de implementação; responsáveis institucionais; orçamento indicativo; indicadores de avaliação e métodos de verificação.

☐ A nível da estrutura/organização

Diagnóstico da situação habitacional; prioridades de intervenção; diretrizes para a conceção dos programas e projetos habitacionais; e estratégias para a mobilização de recursos.



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

PLAMUH – Plano Municipal de Habitação...

Um **instrumento de ação local para a implementação da PNH**, da **responsabilidade das Autarquias Locais**, que deve se alinhar ao PLANAH quanto aos quesitos periodicidade, objetivos, metas e resultados almejados, considerando na sua estrutura e organização:

- I. Uma análise da situação económica, política e social do município;
- II. Um exame mapeado do défice habitacional existente e projetado;
- III. A identificação fatual de terras a serem destinadas à produção de habitação de interesse social (no quadro dos objetivos e das metas estabelecidas); e
- IV. Uma avaliação realista das condições institucionais, de instrumentos legais e de recursos a serem contemplados.



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

SIH – Sistema de Informação Habitacional...

Um **portal da habitação** (e.g. www.habitacao.cv) rico em **informações gerenciais** do setor e que integra as funcionalidades de um **Sistema de Informação Geográfica (SIG)**, representando um banco de dados público transversalmente alimentado pelos diferentes atores e tecnologicamente suportado com sistemas de georreferenciação, contendo, entre outras *info*:

- I. Dados sobre a produção e défice habitacional;
- II. Instrumentos de Gestão Territorial (IGTs);
- III. Normas e legislações do setor;
- IV. Elementos sobre materiais e utilizados e mão de obra na construção; e
- V. Mapeamento dos assentamentos informais, serviços básicos de áreas habitadas, vazios urbanos etc.



Modelo de governação
*o **modus operandi***



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

A PNH identificou e delineou orientações para a atuação (o papel) de cada interveniente do seu modelo de governação, a serem...





Sistema de monitorização e avaliação a função controlo e os métodos de verificação



Ficha técnica

Índice de
conteúdos

Enquadramento

Percurso
realizado

Visão, pilares e
princípios

Áreas
prioritárias e
instruções
políticas

Instrumentos de
implementação

Modelo de
Governança

Sistema de
Monitorização e
avaliação

A monitorização e avaliação dos resultados alcançados a nível da implementação da PNH será possível por via de...

- Acompanhamento regular por parte das entidades competentes dos **indicadores de avaliação associados aos objetivo e metas estratégicas** a serem identificados no âmbito da elaboração dos Planos Nacionais e Municipais de Habitação;
- **Produção de estudos, relatórios e estatísticas** sobre o setor de habitação, promovido pelos intervenientes do seu modelo de governação **tendo por base um Sistema de Informação Habitacional (SIH)** operacional; e
- **Revisão periódica dos instrumentos de implementação da PNH**, nomeadamente, o PLANAH e os PLAMUH.



Ministério das Infra-Estruturas,
do Ordenamento do Território e Habitação



Obrigado
pela atenção

Elaborado e apresentado por:
Hegel Fernandes
fernandeshegel@gmail.com